

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para aquisição de Cloro Granulado para consumo humano, visando atender as necessidades do Programa de Abastecimento de Água Potável da Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia/AL.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO: Se dá pela necessidade de contratar empresa especializada para aquisição de cloro granulado próprio para consumo humano. A aquisição deste objeto se justifica perante ao interesse público presente em fornecer, através da Secretaria municipal de Agricultura, água tratada e de qualidade para os produtores rurais do município de Delmiro Gouveia/AL que não possuam acesso à água própria para o consumo humano.
- 2.2. O programa de distribuição de água potável de Delmiro Gouveia é feito através da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento, e tem como seu principal objetivo levar água de qualidade e própria para o consumo humano para os produtores rurais que não possuem em sua propriedade acesso à sistema de água encanada ou acesso à água de qualidade.
- 2.3. Mesmo nos dias atuais, existem pessoas, principalmente na zona rural, que não possuem acesso diário à água que esteja própria para o consumo. Na grande maioria desses casos, esses produtores rurais utilizam cisternas, onde eles armazenam água para que seja utilizada diariamente por alguns dias, para usos como, por exemplo, cozinhar, fazer higiene pessoal e, principalmente, para se hidratar. Nessas situações, essas cisternas se tornam indispensáveis para que esses produtores possam ter uma mínima qualidade de vida.
- 2.4. O consumo de água imprópria para consumo ou de procedência duvidosa possui riscos elevados de contaminação por doenças como, por exemplo, a leptospirose, disenteria, cólera, hepatite A, febre tifoide, entre outras. Mesmo que haja contato ainda que sem o consumo de água contaminada já é possível acabar contraindo alguma doença ou problema de saúde e, mesmo nos casos que a água contaminada é fervida e usada para cozimento de alimentos, os riscos ainda se fazem presentes.
- 2.5. O cloro tem como principal objetivo fazer a desinfecção da água quando utilizado nas proporções corretas. Ele age também controlando o odor, sabor da água, remoção de algas, remoção de cor, e vários outros benefícios. Inclusive, o ministério da saúde estabelece, através da Portaria nº 2.914 de 12 de dezembro de 2011, em seu Art. 34: “É obrigatória a manutenção de, no mínimo, 0,2 mg/L de cloro residual livre ou 2 mg/L de cloro residual combinado ou de 0,2 mg/L de dióxido de cloro em toda a extensão do sistema de distribuição (reservatório ou rede)”. Também na portaria de

consolidação GM/MS N° 5, de 28 de setembro de 2017, em seu capítulo IV, Art. 24: “Toda água para consumo humano, fornecida coletivamente, deverá passar por processo de desinfecção ou cloração.”. Isso só demonstra a relevância do uso de Cloro para tratamento de água.

- 2.6. Como resultados do programa temos uma quantidade de aproximadamente 200 abastecimentos mensais e anualmente tem-se uma média 2700 abastecimentos em todas as comunidades da região, sendo elas: Jardim Cordeiro, Malhada, Caraíbas do Lino, Porto da Barra, vila zebu, volta, salgado, são sebastião, rabeca, sinimbu, gangorra, canafistula, pedrão, turco, peba, cruz, alto bonito, Luciano, morros, caixão, valha-me deus, olho d’aguinha, lagoa dos patos, Moxotó das areias, lajedo baixo, alto do touro, sucupira, arará, serra d’água, serra d’água 2, mandacaru, monte escuro, maria Cristina 1, maria Cristina 2, maria Cristina 3, lameirão, boa vista, Genivaldo moura 1, Genivaldo moura 2, Genivaldo moura 3, bom jesus/serra negra, assentamento 44, assentamento jurema, barragem leste, lagoinha, sítio favela, sítio lagedinho, sítio cachoeirinha, sítio falcão, sítio maniçoba, sítio riacho da areia, sítio pedra vermelha, sítio bom nome, sítio alto novo, mercado público, garagem municipal, hospital, entre outros.
- 2.7. Além disso, o objeto em questão não é facilmente encontrado no mercado local, por se tratar de um tipo específico de cloro, este torna-se um pouco mais restrito e é mais dificilmente revendido por lojas ou comércios que não sejam especializados no produto.
- 2.8. **CONCLUSÃO:** Sendo assim, fica comprovada a imensa utilidade, necessidade e obrigatoriedade desse programa de distribuição de água do município de Delmiro Gouveia, pois, além de evitar problemas de saúde pública como disseminação de doenças perigosas na população rural, ainda fornece qualidade de vida e saúde para os produtores rurais, garantindo que toda a população do município, seja do campo ou da cidade esteja sendo atendida e segura. Além de que, devido a questões mercadológicas (falta do produto nos mercados locais fica atestado que a melhor e mais vantajosa solução para esta municipalidade é realizar a aquisição, através de contratação de empresa especializada, por meio de uma dispensa de licitação, utilizando como princípio norteador a Lei 14.133.

3. ESPECIFICAÇÕES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE
1	Cloro Granular, em formato granulado, para tratamento de água para consumo humano. Tipo Hypocal ou similar – BALDE COM 10KG.	UNID.	40

3.1. Do procedimento para estimativa das quantidades.

A quantidade foi definida de acordo com a necessidade e provável utilização no período de 01 (um) ano, baseando-se em utilização do objeto durante o ano de exercício anterior e considerando o aumento da demanda que houve neste período, nesse caso sendo o aumento de quantidade de abastecimentos, do ano que passou em relação com a mesma necessidade em anos anteriores.

Memorial de cálculo para estimativa das quantidades		
Solicitado para a compra atual	Utilizado no ano de exercício anterior no período de 1 mês	Utilizado no ano de exercício anterior no período de 1 ano
400 Quilogramas	16,66 Quilogramas	200 Quilogramas

3.2. Do Procedimento para a descrição do objeto.

Foi utilizado como base as determinações utilizadas em Termo de Referência utilizado no ano de exercício anterior para a mesma necessidade.

4. DA FORMA DA EXECUÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

4.1. O objeto deverá ser entregue de forma única, no prazo máximo de 30 dias contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento/Ordem de início de serviços/Nota de empenho expedida pela Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

4.2. A entrega do objeto deverá ser feita no endereço citado na ordem/nota de empenho e ou endereço fornecido pela Secretaria de Agricultura, acompanhados de Nota Fiscal-Fatura, dentro do prazo estabelecido no item 4.1.

4.3. O objeto deverá atender o disposto em todas as legislações vigentes.

4.4. O objeto será rejeitado caso apresente uma (ou mais de uma) das seguintes situações:

- a) Prazo de validade vencido;
- b) Quantidade em falta do produto;
- c) Embalagem muito avariada com situação de vazamento do produto;
- d) Especificações diferentes deste Termo de Referência;

4.5. O objeto solicitado não poderá ser substituído, sem a autorização prévia da Secretaria de Agricultura, mesmo que sejam por produtos de qualidade equivalente. Caso haja a necessidade de substituição, a mesma deverá ser solicitada previamente por escrito e com comprovação das

devidas justificativas, para que possa ser analisada pela Secretaria de Agricultura juntamente com o Jurídico do Município de Delmiro Gouveia.

4.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 48 (Quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.7. O contratante se reserva o direito de não receber o objeto que estiver em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

4.8. A ordem de fornecimento/Nota de empenho será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada.

4.9. Provisoriamente, no ato da entrega do objeto, a Secretaria de Agricultura procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Termo de Referência, da proposta, da Nota de empenho e do contrato. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse o recebimento.

4.10. O aceite/aprovação do objeto pela Secretaria de Agricultura não exclui a responsabilidade civil do licitante por vício de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.11. A eventual reprovação do objeto, em qualquer fase de sua entrega, não eximirá o contratante da aplicação das multas a que está sujeita a contratada.

5. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. A fiscalização é exercida no interesse da Administração, nos termos do Artigo 117, da Lei n. 14.133/2021, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e nesta hipótese, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

5.2. A aceitação estará condicionada à devida fiscalização, pelo servidor designado pelo gestor da Pasta.

5.3. O fiscal da contratação terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Expedir ordens de execução;
- b) Acompanhar a entrega dos produtos mensurados no Termo de Referência;
- c) Fiscalizar a contratação quanto à qualidade desejada e quantidades solicitadas;

- d) Comunicar à CONTRATADA o descumprimento das obrigações assumidas e solicitar à Administração a aplicação de penalidades cabíveis.
- e) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- f) Atestar as notas fiscais relativas a prestações dos serviços para efeito de pagamentos;
- g) Solicitar à CONTRATADA e a seu preposto todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento das obrigações;

6. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários a realização do serviço;
- b) Notificar à Contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento dos produtos constantes da Ordem de Fornecimento.
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.
- d) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, na forma estabelecida deste edital.
- e) Providenciar a inspeção do fornecimento dos produtos entregues pela Contratada.
- f) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- g) Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Contrato;

6.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados;
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- c) Atender satisfatoriamente em consonância com as regras contratuais.
- d) Fornecer os produtos conforme proposto pelo Contratante durante o prazo de vigência do contrato, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.
- e) Manter, durante toda a execução da Ordem de Fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- f) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por empregados, representantes ou prepostos, direto ou indiretamente, durante os prazos de validade da garantia dos mesmos.
- g) Atender com prioridade as solicitações do Contratante, para fornecimento dos produtos;
- h) Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;
- i) Utilizar pessoal próprio ou credenciado, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento e entrega dos produtos;
- j) Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte os produtos em que se verifique danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação pela organização.
- l) Substituir, imediatamente, às suas expensas, todo e qualquer produto julgado em desacordo com a especificação do Edital, em tempo hábil para sua utilização no dia programado, bem como repor aqueles faltantes, no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas.
- m) A Contratada deverá observar detalhadamente a descrição de cada item, visto que existem normas a serem seguidas sob fiscalização.
- n) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.
- o) A Contratada deverá dar total assistência às Secretarias, durante a vigência da contratação (tanto por Email e/ou por Telefone).

Cabe a **CONTRATADA**, além do previsto e exigido pela Legislação vigente e normas regulamentares pertinentes:

- Obedecer às normas e especificações na forma da Lei;
- Dispor dos profissionais necessários à execução dos serviços descritos, prevendo substitutos, no caso de possíveis ausências;
- Assumir a responsabilidade por todas e quaisquer informações necessárias ou solicitadas por autoridades constituídas referentes aos serviços e atendimentos prestados à Contratante pela Contratada, no período de vigência do contrato;
- Antecipar, reconhecer, identificar e propor medidas para neutralizar e/ou minimizar os agentes de riscos encontrados na entrega do produto.

7. DAS SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei N° 14.133, de 2021, de 1 de abril de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei N° 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 A aquisição dar-se-á por Dispensa de Licitação, atendendo o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, que tipifica o valor mínimo de se licitar, em serviços de tal natureza, tendo como critério de julgamento o menor preço e melhor qualidade pelo item, observadas as especificações técnicas definidas nesse termo de referência.

9. DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

9.1. Será considerado vencedor o licitante que apresentar o menor preço e a melhor qualidade para a contratação do objeto, devendo observar o preço máximo estabelecido por item, e atenderem a todos os requisitos do Termo de Referência.

9.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) O objeto deve atender aos requisitos especificados na NBR 15.784. Para tanto, o contratado deve apresentar:

- Informe da Dosagem Máxima de Uso (DMU) recomendada do objeto;
- Relatório de Estudos realizado, contendo todos os analitos químicos específicos pertinentes, bem como outros dependentes da formulação do produto, do processo de fabricação e das matérias-primas empregadas, conforme estabelecido na NBR 15.784, em especial no item 5.7 da norma (ou item 5.8 da norma revisada). O relatório deverá ainda conter o cálculo da CIPA (Concentração de Impureza Padronizada na Água para Consumo Humano) e as conclusões referentes à aprovação do produto, de acordo com o que preconiza a NBR 15.784. O prazo de validade desses estudos será de no máximo 02 (dois) anos.
- Apresentar Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde – LARS, em papel timbrado do laboratório, conforme Modelo de Documento Aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III, do artigo 13 e ao § 5º, do artigo 39 da portaria 2914/2011, disponível no site <http://www.abes-dn.org.br/ctqpq/>.
- Utilizar laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL para realização de todos os serviços contemplados nos itens “b” e “c”. Anexar cópia do certificado de Reconhecimento da Conformidade aos Princípios BPL, emitido pelo INMETRO para este laboratório.
- Zelar para que as amostras do produto sejam representativas do Processo Industrial. A preparação das amostras e a metodologia das análises devem ser aquelas determinadas pela NBR 15.784.
- Apresentar Comprovante de Baixo Risco a Saúde – CBRS, pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme Modelo de Documento Aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III, do artigo 13 e ao § 5º, do artigo da portaria 2914/2011, disponível no site <http://www.abes-dn.org.br/ctqpq/>.

- Apresentar os documentos mencionados nos itens “b”, “c”, “d” e “f” no credenciamento caso a dispensa de licitação seja presencial, ou anexado na proposta, caso seja eletrônica.

9.2. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, registrado na Junta Comercial do Estado (documento inicial e última alteração, ou instrumento consolidado), em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal por intermédio da Certidão de Regularidade Conjunta de Débitos, de tributos e contribuições federais (INSS), administrados pelo Departamento da Receita Federal, quanto a dívida ativa da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- g) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por intermédio de Certidão negativa de débitos trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho (Lei 12.444/11), ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

i) Será admitida apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, a qual goza dos mesmos efeitos que a certidão negativa, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- c) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

9.5. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

9.5.1. Com fundamento na lei n° 14.133/2021, mediante a pesquisa de preços no mercado especializado e aquisições e contratações similares de outros entes públicos, será selecionada empresa que apresente o menor preço e a melhor qualidade para a contratação do objeto.

10. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão efetuados após a análise da conformidade dos produtos entregues com o discriminado na respectiva nota fiscal, mediante o aceite pela Secretaria de Agricultura, e de acordo com a programação financeira da Administração Municipal.

10.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante.

10.3. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será susado, e a Fatura/Nota Fiscal/Recibo será devolvida à contratada para que as devidas correções sejam feitas.

11. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

11.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

11.2 Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhada da Nota de Empenho expedida pelo setor contábil.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avançadas, nos termos do presente instrumento e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial;

12.2 A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados;

12.3 A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria;

12.4 Não serão aceitas propostas que estiverem em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários, sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

12.5 Ficam reservados ao Gestor do Contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o Município de Delmiro Gouveia ou modificação da contratação;

12.6 As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas;

12.7 A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Gestão de Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;

12.8 A existência e a atuação da Gestão e Fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às

implicações próximas e remotas perante à CONTRATANTE ou perante terceiro, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da sua execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a CONTRATANTE dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

13. HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

13.1. O Art. 137. Da lei federal nº 14.133/2021 prevê que: constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- i) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz. Disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 14.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado, a critério da Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia, de acordo com o art. 107 da Lei 14.133/2021.
- 14.2 A prorrogação da vigência do contrato deverá ser sempre precedida de pesquisa para verificar se as condições oferecidas pela CONTRATADA continuam vantajosas para a CONTRATANTE. A CONTRATANTE deverá se manifestar quanto ao interesse em aditar até 30 (trinta) dias antes do término.
- 14.3 No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 14.4 No interesse do Município de Delmiro Gouveia/AL o objeto desse ato convocatório poderá ser suprimido ou aumentando no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial licitado, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no art. 125, da lei 14.133.

15. DO FORO

15. Fica eleito o foro da Comarca de Delmiro Gouveia/AL, para dirimir as questões oriundas deste Termo de Referência e das contratações dele decorrentes, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 16.1 Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- 16.2 Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, e a Portaria de consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, as quais dispõem sobre procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.




PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

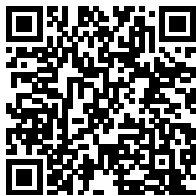
Praça da Matriz, n° 08. CNPJ:12.224.895/0001-27

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

Delmiro Gouveia-AL, 30 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **RENALLY DA SILVA MEDEIROS**
Data: 30/03/2026 13:37:27-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Renally da Silva Medeiros
Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Abastecimento



Código de verificação: **5TS6-4JAB-FR72-Q893**

Documento capturado em 30/03/2026 15:12:36 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

Hash (SHA256): f8bd846a21dcb5a9e94e86743b14660312f761e66bb152bb668d509abdcfb167

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

<https://supre.delmirogouveia.al.gov.br/autenticidade/5TS6-4JAB-FR72-Q893>.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL BEZERRA SANDES** (***.074.004-**),
Agente Administrativo, em 30/03/2026 15:12:36 (GMT-03:00), conforme fundamento no art.
4º, I, da Lei nº 1.379/2022 de 19 de dezembro de 2022. IP: 177.37.180.2



Para verificar a validade da(s) assinatura(s), acesse o site <https://supre.delmirogouveia.al.gov.br/autenticidade> informando o identificador: **5TS6-4JAB-FR72-Q893**.

Documento assinado digitalmente pelo Município de Delmiro Gouveia, conforme medida provisória n.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço: <https://validar.iti.gov.br>.